

País pagou 88 com 90% do superávit

Kido Guerra

Em 1988, quase 90% do superávit da balança comercial — um recorde estimado em US\$ 19 bilhões — foram transferidos para o exterior, a título de pagamento da dívida externa brasileira, somados aos juros (US\$ 11,6 bilhões) e às amortizações referentes ao principal devido às agências multilaterais, oficiais e fornecedores, entre outros. Desta forma, apesar do excepcional saldo comercial, o acréscimo das reservas internacionais do país não chegará a US\$ 2 bilhões. O resultado das conversões formais e informais no montante da dívida global também é irrisório: de US\$ 121 bilhões, no final de 1987, passará para US\$ 115 bilhões em 1988, segundo estimativas preliminares do Banco Central.

De acordo com previsões do Inpes (Instituto de Pesquisas da Secretaria de Planejamento), o saldo da balança comercial deverá proporcionar um superávit de US\$ 4,4 bilhões em conta-corrente, e de US\$ 5,8 bilhões no balanço de pagamentos. As reservas poderão se elevar, no máximo, em US\$ 1,8 bilhões. Isso significa que o ingresso líquido de recursos (o financiamento externo) será negativo em aproximadamente US\$ 3,2 bilhões, em virtude do pagamento do último empréstimo-ponte e dos juros atrasados no ano passado.

Juros maiores — Este ano, como permanecem em vigor os acordos firmados pelo governo brasileiro com o bancos comerciais e com o Clube de Paris, a carga de pagamento dos juros da dívida não deverá ser muito diferen-

te, forçando o país a obter outro superávit gigantesco, praticamente apenas para cumprir seus compromissos externos.

Ao contrário, a situação poderá até se agravar, como observa o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, chefe do Centro de Estudos Monetários e Economia Internacional do Ibre/Fundação Getúlio Vargas, com base no aumento gradual da Libor (London Interbanking Ordinary Rate — a taxa de juros que incide sobre a dívida brasileira), a qual passou de 7,4%, em janeiro de 1988, para 9,5%, nesse início de ano. Ao longo de cada 12 meses — explica — um ponto percentual a mais na taxa de juros representa um aumento de US\$ 800 milhões na conta de juros do país. E constata: "Se não houver nenhuma mudança na postura do governo brasileiro, o que eu acho improvável, nem o surgimento de um tratamento diferente para a questão da dívida, o quadro não vai mudar."

Crescimento menor — Os reflexos dessa transferência de recursos das contas da economia são transparentes. De 1980 a 1988, a economia brasileira cresceu 21%, o que representa uma média anual de 2,4% do Produto Interno Bruto. Mas, fazendo-se os cálculos em termos de absorção doméstica de bens e serviços, que é a somatória do consumo e dos investimentos públicos e privados e representa a principal base de cálculo para o PIB, o crescimento é ainda menor: média anual de 1,6%.

Isso porque, em 1980, 2,2% além do volume correspondente ao PIB entraram no Brasil para serem gastos no país, devido ao déficit comercial do item serviços não fatores (sem contar os

recursos de financiamento externo), relativos a turismo, fretes e custos de embaixadas. Em 1988, porém, esse saldo, antes positivo, passou a ser negativo em 3,8% do PIB devido ao pagamento da dívida, o que significa que, na verdade, a absorção doméstica cresceu 13,9% desde 1980.

Como a população cresceu à média anual de 2,1%, o fato é que cada brasileiro teve reduzida, a partir de 1980, cerca de 0,5% de sua capacidade de consumo e investimento ao ano, ou 4%, nos últimos nove anos. Em termos de PIB, isso representa uma diminuição global de US\$ 15,4 bilhões no nível global de consumo e de investimentos dos brasileiros no país.

Desequilíbrio — O peso da dívida não se reflete apenas na incapacidade do país formar reservas ou investir internamente. A necessidade de se gerar saldo comercial para pagar a dívida provoca um desequilíbrio na economia, uma vez que uma das soluções para se ter mais disponibilidade interna de bens e serviços é exatamente exportar menos e importar mais.

Além disso, obriga o governo a estimular as exportações, em detrimento da produção voltada ao mercado interno, através, por exemplo, da injeção de subsídios ao setor, em vez de aplicar esse volume de recursos em outros segmentos, como importações de máquinas e equipamentos mais modernos destinados à ampliação e modernização da produção doméstica. O reequilíbrio da economia, acentuam os economistas, parte da redução do saldo comercial, o que só é possível, no caso brasileiro, com a diminuição das obrigações externas.

Ary Aragão

Peso da dívida (Em US\$ milhões)

